

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
HOMENAGEM AO PENSAMENTO JURÍDICO DE CELSO ANTÔNIO	
Weida Zancaner	11

APRESENTAÇÃO	
Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem	15

PARTE I

O INTERESSE PÚBLICO NO DIREITO COMPARADO

EL INTERÉS PÚBLICO ES COMO EL AMOR	
Guillermo Andrés Muñoz	21

EL INTERÉS GENERAL COMO CATEGORÍA CENTRAL DE LA ACTUACIÓN DE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS	
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	33
1 Introducción	33
2 El interés general y el Derecho Administrativo constitucional	44
3 Las funciones del Derecho Administrativo en el siglo XXI	47
4 El interés general en la promoción y protección de los derechos fundamentales de la persona	52
5 Dignidad del ser humano y derechos fundamentales: reflexión conclusiva	62
Referencias	62

INTERESES GENERALES E INTERÉS PÚBLICO DESDE LA PERSPECTIVA DEL DERECHO PÚBLICO ESPAÑOL	
José Luis Meilán Gil	65
I Planteamiento	65
II Intereses generales en la organización política de la sociedad	68
III Administración Pública, intereses generales e interés público	69
1 Etapa predemocrática	69
2 El paradigma constitucional	71
2.1 La Administración Pública como servidora de los intereses generales	71
2.2 Los derechos fundamentales son el núcleo irreductible de los intereses generales	72
2.3 Intereses generales como parámetro de la estructura del Estado autonómico	74
2.4 La determinación del interés general	75
IV Interés general y conformidad a derecho de la actuación de la administración	76

V Intereses generales e interés público en la suspensión y revocación de actos administrativos.....	78
1 Intereses generales e intereses privados.....	79
2 Conflicto de intereses públicos.....	80
3 El interés público como límite de la revocación.....	82
VI La permanencia del interés público.....	83
VII A modo de conclusiones.....	85
Referencias.....	86

A NOÇÃO JURÍDICA DE INTERESSE PÚBLICO NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Romeu Felipe Bacellar Filho	89
1 Considerações iniciais.....	89
2 Uma parábola do interesse público – Interesse coletivo primário e interesses secundários.....	90
3 Interesse público, legalidade e juridicidade – O interesse público reside no direito positivo.....	95
4 Interesse público e impessoalidade – Processo e procedimento administrativo.....	99
5 Interesse público e moralidade – Ética, probidade e previsibilidade.....	103
6 Interesse público e publicidade – Meios públicos ou transparentes.....	108
7 Interesse público e eficiência – Função, dever e competência.....	109
8 Conclusão – Uma proposta de definição jurídica de interesse público.....	111
Referências.....	113

INTERÉS PÚBLICO Y EMERGENCIA EN LA REPÚBLICA ARGENTINA

Jorge Luis Salomoni	117
1 Introducción.....	117
2 Breve teoría sobre el interés público.....	119
2.1 Finalidad de la utilización del concepto.....	119
2.2 Existencia de diversos titulares de intereses públicos.....	120
2.3 Configuración del interés público según la Corte Suprema de Justicia de la nación.....	122
3 Doctrina de la emergencia.....	123
3.1 La doctrina de la Emergencia en la jurisprudencia de la Corte Suprema de Justicia de la Nación.....	126
4 El interés público, los tratados de derechos humanos de jerarquía constitucional y la emergencia.....	127
4.1 Breve análisis del sistema de Derechos Humanos en nuestra Constitución.....	127
4.2 Configuración del interés público en la emergencia a través de los tratados de derechos humanos.....	130
5 El caso de los usuarios de los servicios públicos en la República Argentina: titularidad del interés público.....	135
6 Conclusión.....	137
Referencias.....	137

DERECHOS PRESTACIONALES E INTERÉS PÚBLICO

Augusto Durán Martínez	141
I Derechos Fundamentales.....	141
II Derechos Prestacionales.....	144
III Interés Privado. Interés Público. Interés General. Bien Común.....	146
Referências.....	150

PARTE II

O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO
SOBRE O PRIVADO

O SUPOSTO CARÁTER AUTORITÁRIO DA SUPREMACIA DO
INTERESSE PÚBLICO E DAS ORIGENS DO DIREITO ADMINISTRATIVO –
UMA CRÍTICA DA CRÍTICA

Emerson Gabardo, Daniel Wunder Hachem	155
1 Introdução – Uma crítica à pretensa crítica da supremacia do interesse público e da gênese do Direito Administrativo	155
2 As origens do Direito Público ilustrado – Sobre a vocação antiautoritária das raízes do interesse público	160
2.1 Constitucionalismo moderno e ilustração – A <i>volonté générale</i> como fundamento do Estado de Direito	163
2.2 A legalidade como expressão do interesse público – Uma construção teórica iluminista de contraposição ao arbítrio e proteção ao indivíduo	167
3 O interesse público e o Direito Administrativo da ilustração como escudos contra a arbitrariedade	171
3.1 Supremacia do interesse público – A ausência de identidade entre a noção típica do liberalismo oitocentista e a sua concepção contemporânea	172
3.2 A formação do Direito Administrativo como representação antiautoritária do liberalismo em face do Absolutismo	182
4 Conclusão	195
Referências	196

O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO –
SOBREVIVÊNCIA DIANTE DOS IDEAIS DO NEOLIBERALISMO

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	203
1 Explicação necessária	203
2 Origem do princípio e sua aproximação com a ideia de bem comum	204
3 A ideia de bem comum na Idade Média	205
4 As teses contratualistas e o triunfo do individualismo	205
5 A luta pelo bem comum no Estado Social de Direito	208
6 O princípio da supremacia do interesse público no Direito Administrativo	209
7 O princípio da supremacia do interesse público na concepção neoliberal	211
7.1 Observação necessária	211
7.2 Da indeterminação do conceito de interesse público	215
7.3 A supremacia do interesse público em confronto com os direitos fundamentais – A ponderação de interesses	216
8 Doutrina incompatível com o ordenamento jurídico	217
9 Conclusão	218
Referências	219

DIREITO ADMINISTRATIVO – DIREITO DA SUPREMACIA DO INTERESSE
PÚBLICO

Paulo Roberto Ferreira Motta	221
1 Trabalho de Sísifo	221
2 Supremacia do interesse público e Celso Antônio Bandeira de Mello	222
3 Situando o Direito Administrativo	224

4	Herança histórica do Direito Administrativo	226
5	As garantias autenticamente prodigiosas	231
6	Penúltimas palavras	236
	Referências	237

A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E A CIDADE – A APROXIMAÇÃO ESSENCIAL PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Angela Cassia Costaldello	239
1 Aspectos introdutórios.....	239
1.1 Premissas de conteúdo do texto	239
1.2 Os interesses público e privado – Complementaridade necessária	241
2 O urbano – Fronteiras imprecisas da cidade	244
2.1 Os interesses – público e privado – e o planejamento urbano – O direito à cidade.....	247
3 O urbano, o urbanismo e o Direito Urbanístico – A propriedade como ponto de intersecção.....	249
3.1 As diretrizes normativas da política urbana.....	256
3.2 A cidade e a supremacia do interesse público – Baldrames para a promoção e efetivação dos direitos fundamentais	258
4 Considerações finais	261
Referências	262

RESERVA DO POSSÍVEL, DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

Regina Maria Macedo Nery Ferrari	267
1 Introdução.....	267
2 Normas constitucionais programáticas e a reserva do possível	271
2.1 Principais características das normas constitucionais programáticas.....	274
2.2 A efetividade das normas constitucionais programáticas	278
2.3 A reserva do possível.....	280
2.4 Inexistência de recursos ou uma questão de alocação?.....	282
3 O mínimo existencial, a supremacia do interesse público sobre o privado e a atuação do Poder Judiciário	285
3.1 Mínimo existencial.....	285
3.2 Normas princípios e normas regras.....	289
3.3 Supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	293
3.4 A atuação do Poder Judiciário com vistas a efetivar a observância dos direitos fundamentais sociais	299
Referências	303

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO – FUNDAMENTOS DA ESTABILIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

Ana Cláudia Finger	307
1 Introdução.....	307
2 A polêmica da incidência do princípio da boa-fé no Direito Público	310
3 A boa-fé e o interesse público – Convergências	315
4 A boa-fé como princípio constitucional implícito e o seu conteúdo jurídico.....	323
5 O princípio constitucional da boa-fé, a supremacia do interesse público e a estabilidade do ato administrativo.....	332
6 Conclusões	341
Referências	343

PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS E ESTADO

Raquel Dias da Silveira	347
1 Introdução.....	347
2 Homem e bem comum.....	348
3 Corpo político e Estado.....	351
4 Direito Administrativo, Administração Pública e organização administrativa	354
5 Bem comum, interesse público e dignidade da pessoa humana	360
6 Aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado no regime jurídico dos servidores públicos.....	365
7 Conclusão.....	373
Referências	374

O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO E O DIREITO DE GREVE DE SERVIDORES PÚBLICOS

Adriana da Costa Ricardo Schier	377
1 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado – A controvérsia	377
2 O direito de greve dos servidores públicos como direito social e a sua conjugação com o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	391
Referências	402

SOBRE OS AUTORES.....	407
-----------------------	-----